

Spinoza. Novas perspectivas históricas

Mais que os outros filósofos, a obra de Bento de Spinoza (1632 – 1677) aparece aos leitores do século XXI, como situada fora da História. O hábito de ler em particular a Ética fora de contexto está relacionado, especialmente, a um método que os universitários franceses dos anos 1960 (Martial Gueroult, Alexandre Matheron, Gilles Deleuze), que desempenharam um papel maior na entrada recente de Spinoza no panteão dos grandes filósofos, apreciavam acima de tudo: a análise estrutural. Tratava-se, então, de compreender o pensamento de Spinoza a partir duma articulação de conceitos internos naquilo que seus comentadores chamaram de seu “sistema”.

No Brasil, esse método conheceu e desfrutou ainda de uma fortuna particular. Com efeito, até recentemente, essa abordagem correspondia a duas especificidades brasileiras: de um lado, as fontes (tal como Regius, Da Costa, Jellesz, Meyer, Van den Enden, etc.) eram até os anos 2010 dificilmente acessíveis ao Brasil, de sorte que propondo suas leituras internistas, comentadores puderam prolongar a abordagem estrutural muito oportunamente (Marilena Chauí, nesse sentido, aparece como uma exceção, equilibrando o texto e o contexto); de outro lado, a leitura de Spinoza no Brasil e na América Latina de modo geral respondia a uma forte urgência política, que era de fornecer elementos filosóficos destinados a ajudar no desenvolvimento de um pensamento tanto laico como social; nesse sentido, o vínculo entre o estudo da filosofia de Spinoza e a história do século XVII não era uma prioridade.

Hoje, a situação mudou. Ao longo dos últimos dez anos em particular, a internet disponibilizou em alguns clicks fontes até então raríssimas. Novos nichos de estudos sobre Spinoza desenvolveram-se nos Países Baixos, na Itália e nos países anglófonos. Os novos pesquisadores neerlandeses valorizaram um *milieu* intelectual onde Spinoza figura como um pensador entre outros (*primum inter pares*), e onde uma grande parte das ideias que se atribuem a ele aparecem como elaboradas por outros. Os italianos, grandes filólogos, realçaram a importância de tradições subterrâneas e a participação de todo um coletivo na obra de Spinoza. Quanto aos anglófonos, eles souberam integrá-lo num quadro histórico mais vasto, onde a metafísica não figura mais como

isolada de outras ciências, e onde seu pensamento político inscreve-se por si mesmo nos movimentos das ideias que ultrapassam amplamente a individualidade de um autor. No próprio Brasil, os historiadores (em particular os historiadores do judaísmo) desenvolveram importantes trabalhos sobre as relações entre os Países Baixos e o Novo Mundo.

São essas, portanto, as novas perspectivas que este número da OQNFP deseja apresentar. Dessa maneira, a interpretação do pensamento de Spinoza no Brasil vai poder, segundo a livre escolha dos comentadores e alunos, integrar metodologias comparatistas, de tal forma que essa comparação não seja conduzida de maneira abstrata entre os grandes pensadores a partir de afinidades exclusivamente conceituais (Lucrécio, Maquiavel, Spinoza, Marx, etc.), mas que elas levem em conta as determinações históricas concretas que deram sentido às propostas filosóficas que aparecem na obra de Spinoza. Estudando os autores menos célebres com os quais Spinoza trabalhou conjuntamente, se poderá compreender a filosofia de outra maneira que não seja a criação genial de uma elite intelectual reduzida a alguns nomes. Assim, a história da filosofia poderá assumir um aspecto diferente: no lugar de apresentar uma litania dos grandes autores, ela seguirá o devir dos conceitos através das fronteiras das disciplinas (metafísica, medicina, teologia, matemática, etc); no lugar de deixar-se fascinar pelas teses e doutrinas, ela saberá ressaltar tanto as práticas como os problemas; no lugar de ser prisioneira das lutas entre adversários, ela repensará profundamente os laços de retroação que definem as controvérsias e contribuem para a geração de ideias novas.

Os estudos reunidos aqui, escolhidos de maneira a refletir pesquisas internacionais, lançam esclarecimentos importantes sobre muitos aspectos da ebulição intelectual que revela o pensamento de Spinoza. Filip Buyse mostra, assim, como a “nova física” que se define entre Galileu, Descartes e Huygens cruza as mutações às quais a filosofia de Spinoza pertence de pleno direito. Na tradição hebraica, Giovanni Licata identifica uma tormenta que faz de Spinoza não uma anomalia, mas o representante moderno do averroísmo antigo. O estudo de Adma Muhana sobre Uriel da Costa, autor lido amiúde como um “precursor” de Spinoza, ajuda a perceber a existência de uma multidão judaica mais diversa do que se parece. Da mesma forma, Luís Filipe Silvério Lima mostra que a fronteira entre judeus e cristãos é mais porosa do que se imagina. Enfim, Raphaële Andrault esclarece tudo o que a frase mais célebre de Spinoza, “ninguém sabe o que pode o corpo” (Ética, III, 2, escol.), deve aos trabalhos de Niels Stensen, chamado de Steno ou Sténon, um dos grandes anatomistas de seu tempo.

A pertinência dessa abordagem, que consiste em tratar os conceitos de Spinoza como partes de uma filosofia que não se pode compreender senão como relação entre vários pensadores, é tão mais forte quando é dos seus companheiros de estrada mais próximos. Com Delphine Antoine-Mahut, a questão de saber se Spinoza é cartesiano ou não muda até desaparecer, tão logo aparecem as divisões do cartesianismo. Os artigos sobre Jellesz, Meyer e Tschirnhaus por Maxime Rovere e Mogens Laerke ilustram a que ponto o círculo imediato de Spinoza é constituído de pensadores que contribuíram ativamente para definir o spinozismo, e estão longe da imagem corrente de discípulos que recebem de maneira passiva o ensinamento de seu amigo. Enfim, os artigos de Jimena Solé, de Nunes e Alvarenga e de P.-F. Moreau concernem às recepções alemã e francesa, mostrando a que ponto as leituras sucessivas do spinozismo participam de sua definição.

Enfim, é com uma alegria particular que este número apresenta uma conversa com Jonathan Israel, cujo livro *Radical Enlightenment* (Oxford University Press, 2002) modificou de maneira definitiva a imagem de Spinoza. Este número apresenta também a primeira tradução em português do *Caderno Spinoza* de Karl Marx, excepcional exemplo de um trabalho de montagem (em sentido cinematográfico) no qual o autor d'*O Capital* recorta o *Tratado teológico-político* de maneira a isolar o que o interessa, deixando de lado outras partes do spinozismo: obra-prima para estudar os vieses de leitura e as novas possibilidades do pensamento marxista.

Dessa maneira, este número gostaria de encorajar os jovens pesquisadores do Brasil a estudar um Spinoza menos ideólogo que historiador, e a não temer compreendê-lo como um homem de seu tempo para refinar nossa compreensão da relação entre a conceituação filosófica e a atualidade política. Não é achatando os conceitos abstratos sobre as situações locais que a filosofia demonstra sua força. Ignorar os problemas específicos aos quais Spinoza e os seus respondiam seria perder toda a pertinência desse pensamento: a aptidão da filosofia de se emancipar de suas condições iniciais é inconcebível sem um trabalho de análise, que não pode ser unicamente conceitual, mas deve se pensar como uma permanente extensão e complexidade de seu sistema de referência. É estendendo nossa abordagem da filosofia aos elementos que lhe parecem mais estranhos que o gesto filosófico tornar-se-á por si mesmo o mais claro aos nossos olhos, e que ele nos será mais fácil de prolongá-lo no mundo contemporâneo.

Maxime Rovere
ORGANIZADOR